



Arquivos e decolonialidade: breves considerações acerca de uma abordagem necessária em pesquisa e extensão

Archives and decoloniality: brief considerations towards a necessary approach on research and extension

Igor Gak¹
Nycole Toseli²
Andressa Sousa da Costa³
Anna Carolina Araujo Chipoco³

Resumo

Nosso objetivo é apresentar reflexões tecidas durante o último ano no contexto de reformulação das ações do projeto “Arquivos e Direitos Humanos em Perspectiva Global”. Procuramos explorar as contribuições que a abordagem decolonial pode oferecer para os estudos e a prática arquivística na contemporaneidade. Propomos entender os arquivos como entidades formadoras de subjetividades que podem reforçar ou romper “padrões coloniais de poder”. Como método de trabalho, mapeamos preliminarmente arquivos cuja constituição e atividades podem ser lidas como estratégias de rompimento dessa “lógica da colonialidade”. Três destes acervos são apresentados aqui: o IPEAFRO, o Arquivo Dona Orosina Vieira e o LabJaca, analisados de acordo com a perspectiva decolonial.

Palavras-chave: Arquivologia. Pensamento Decolonial. Direitos Humanos. Arquivos.

Abstract

Our aim is to present preliminary thoughts that we have been weaving over the last year by reformulating the goals of the project “Archives and Human Rights in a Global Perspective”. We seek to explore the contributions that a decolonial approach can offer to the contemporary archival studies and practice. We propose an understanding to the archives as subjectivity-shaping entities that can reinforce or break the so called “colonial matrix of power”. As a working method, we preliminarily mapped archives whose constitution and activities can be read as a program for breaking this “logic of coloniality”. Three of these collections are presented here: the IPEAFRO, the Dona Orosina Vieira Archive and the LabJaca, viewed under an decolonial lens.

Keywords: Archival Studies. Decolonial Thought. Human Rights. Archives.

¹ Docente do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - igor.gak@unirio.br

² Discente do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – bolsista PIBEX – nycoletoseli@edu.unirio.br

³ Discentes do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – andressa@edu.unirio.br; carolchipoco@edu.unirio.br



1 Introdução

Este texto apresenta as reflexões que fizemos no âmbito do projeto “Arquivos e Direitos Humanos em Perspectiva Global” durante o último ano. Nosso objetivo é estimular o conhecimento e interesse dos estudantes de Arquivologia por ações de promoção e defesa dos Direitos Humanos. Diante das condições restritivas impostas pela pandemia de Covid-19, empreendemos uma reformulação das ações pretendidas em nosso projeto. Decidimos dedicar-nos a uma perspectiva ainda pouco explorada nos debates arquivísticos brasileiros: as possibilidades que a abordagem decolonial oferece para os estudos e a práxis arquivística. Buscas em bancos de periódicos nacionais retornaram apenas um artigo que se propunha a refletir sobre as contribuições do pensamento decolonial para a Ciência da Informação (RIGHETTO, KARPINSKI, 2021). Essa ausência de estudos na Arquivologia indica um campo a ser explorado e que pode contribuir para inserir ainda mais a pesquisa arquivística nos debates sociais e políticos da atualidade.

Uma abordagem decolonial da práxis arquivística corresponde a pôr em evidência personagens, grupos e práticas socioculturais historicamente aliados das esferas de poder. Nesse sentido, propomos um deslocamento do olhar para perceber as possibilidades narrativas e de formação subjetiva que esses aspectos ensejam. Isso quer dizer que buscamos concentrar nosso olhar sobre as “narrativas tácitas” (KETELAAR, 2001) presentes na constituição dos acervos, nos usos e reusos da informação, numa perspectiva que nos permite identificar a interação entre a comunidade e o arquivo.

Desenvolvemos um levantamento que nos permitiu identificar alguns arquivos que, pelas práticas de constituição de acervos, acesso e relação com a comunidade devem ser analisados sob essa perspectiva. O primeiro deles é o arquivo do Instituto de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros (IPEAFRO), cujo acervo é um retrato das ações do ativista Abdias do Nascimento (1914-2011). O segundo é o Arquivo Dona Orosina Vieira (ADOV), localizado no Complexo da Maré, conjunto de



favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro, e que se dedica a reunir e preservar documentos textuais, iconográficos e audiovisuais, além de testemunhos dos próprios moradores que contam a história da favela. Por fim, apresentamos o LabJaca, um laboratório de coleta de dados e difusão da informação que surgiu na favela do Jacarezinho, também na Zona Norte do Rio de Janeiro, no contexto da pandemia. Seu objetivo é o de produzir dados que possam orientar políticas públicas para a comunidade, combater a desinformação e contrapor-se ao discurso oficial sobre a vida na favela.

Mais do que instituições dedicadas à preservação da memória e a oferecer subsídios à pesquisa histórica, entendemos os arquivos como entidades formadoras de subjetividades, promotoras de redes de sociabilidade e da legitimação da identidade dos grupos. Esse entendimento exige que busquemos aprimorar nossas análises sobre a formação dos arquivos e sua função social. Essa perspectiva tem o potencial de permitir romper discursos oficiais que reproduzem e atualizam estruturas de exclusão e preconceito. A seguir tentaremos traçar as linhas teóricas e metodológicas que embasam nosso trabalho, partindo de uma definição do conceito de decolonialidade e buscando relacioná-lo à práxis arquivística.

2 Arquivo, identidade, decolonialidade

O pensamento decolonial refere-se, por um lado, a uma corrente surgida mais precisamente nos anos 1990 a partir das reflexões do sociólogo peruano Aníbal Quijano e do semiólogo argentino Walter D. Mignolo. Por outro, corresponde a um esforço empreendido por grupos sociais no sentido de promover um desengajamento subjetivo, epistêmico, econômico e político contra a persistência de práticas e estruturas de dominação, consideradas coloniais (PINTO, MIGNOLO, 2015; MIGNOLO, 2011; BALLESTRIN, 2013). Isto é, a decolonialidade é uma via para retomar conhecimentos e práticas políticas, econômicas, culturais, sociais e ontológicas classificadas por séculos como inferiores, estranhas, primitivas, selvagens etc. Como define Walter D. Mignolo,



Pensamento e opções decoloniais (ou seja, pensar decolonialmente) nada mais são do que um esforço analítico implacável para compreender, a fim de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de gestão e controle que emergiu da transformação da economia atlântica e o salto de conhecimento que se deu tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias (MIGNOLO, 2011, p. 10, *tradução nossa*).

Dito de outra maneira, uma abordagem decolonial é uma aposta em desvendar e denunciar as conexões entre as relações de poder globais que se estabeleceram no contexto da expansão colonial europeia e as condições históricas de desigualdade, existentes ainda hoje. Por isso, um dos pontos centrais para os estudos que se filiam a essa corrente de pensamento é o conceito de colonialidade, entendida como

(...) uma permanente relação de poder surgida a partir da expansão colonial europeia sobre as Américas e que representa o núcleo, bem como a condição necessária da modernidade ocidental. Estratégias de definição do 'Outro' em relação à modernidade ocidental e os consequentes processos de hierarquização dos sistemas de crença e conhecimento, princípios de organização econômica e social, as pretensas raças, etnias e formas de controle do trabalho passaram a determinar, a partir desse momento, a relação entre o 'velho' e o 'novo' Mundo, bem como a influenciar de forma duradoura a autopercepção de cada um (BOATCÃ, 2016, pp. 119-120, *tradução nossa*).

Para além do processo de colonização, a colonialidade refere-se a um conjunto de princípios e valores que fundamentam a manutenção das relações de poder e discursos que justificam historicamente práticas de dominação de um grupo ou nação sobre outro ou outros. Essas práticas permanecem nas sociedades que vivenciaram em sua história a experiência da colonização e se reproduzem na maneira como se estruturam as relações entre os sujeitos. O racismo, por exemplo, faz parte das estratégias de dominação do contexto colonial, mas permanece e se atualiza constantemente na sociedade herdeira dessa experiência. É, portanto, produto de uma epistemologia baseada na segregação, classificação e hierarquização de um grupo por outro que detém as condições de controlar a produção do conhecimento e conferir



credibilidade a essa hierarquização. A perseguição aos sistemas de crenças e saberes africanos no Brasil encontra nessa hierarquização a sua justificativa primordial. (PINTO, MIGNOLO, 2015, p. 383)

Ao desvendar e denunciar essas estruturas de dominação subjetiva, a abordagem decolonial oferece uma alternativa para compreender práticas políticas, sociais, econômicas e epistêmicas. Os arquivos constituem-se enquanto instituições envolvidas no processo de formação de identidades e produção do conhecimento. Respeitar os princípios consagrados da Arquivologia, sem opor-lhes uma crítica que considere as pressões impostas pela permanência dessa “lógica da colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, pp. 100-101), contribui para reforçar esses padrões de hierarquização e conservar estruturas de dominação. A forma pela qual se dá, nos fundos e coleções dos arquivos públicos brasileiros, a presença de grupos sociais historicamente marginalizados, como negros, indígenas e mulheres é um exemplo disso.

A aplicação da abordagem decolonial à Arquivologia consiste numa proposta de compreensão ampliada das noções de “arquivo” e “documento”, como forma de depor silenciamentos impostos nos processos de constituição de acervos arquivísticos. Além disso, o arquivo deve ser pensado não apenas pelo seu conteúdo, mas também pelo seu contexto, sua função e atuação na comunidade em que está inserido. Tampouco o documento deve ser pensado nas fronteiras da definição tradicional, que reconhece no suporte físico ou digital os meios de transmissão da informação. Antes, a noção de documento deve reconhecer as práticas dos grupos que criam formas de transmissão de informação e saberes. De acordo com essa percepção, performances, rituais, práticas culinárias e celebrações podem ser entendidas como a forma que grupos encontram de registrar e transmitir conhecimento.

3 Um olhar decolonial sobre os arquivos

Os arquivos que apresentamos nesta seção foram selecionados levando-se em consideração aspectos como a constituição de seu acervo, sua atuação junto à



comunidade e sua função social. Nosso objetivo é identificar elementos nas práticas arquivísticas destas organizações que permitam ressaltar vozes historicamente silenciadas e romper padrões de controle e dominação baseados em critérios de gênero, raça e classe.

3.1 Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO)

Fundado em 1981, a finalidade principal do IPEAFRO é preservar e divulgar o acervo arquivístico e museológico de seu fundador, o ativista Abdias do Nascimento, e das organizações criadas por ele. Nesse sentido, a missão do Instituto é tornar o acervo um pólo de ações educativas voltadas para o conhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileiras. A vasta e eclética produção intelectual de Abdias do Nascimento compreende áreas como poesia e dramaturgia, política, ativismo social e pesquisa científica. Somado a isso, o caráter pioneiro de suas ações ao longo do século XX no Brasil, Europa, Estados Unidos e África foi um fator determinante para que seu acervo fosse declarado de interesse público e social pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em 2010, e no ano seguinte fosse incluído pela UNESCO no Registro Memória do Mundo - América Latina e Caribe (MOWLAC).

A documentação abrange um período de mais de oitenta anos, sendo parte constituinte da memória do ativismo negro no Brasil, desde as ações da Frente Negra Brasileira nos anos 1920-30 até a atuação em prol da efetivação das primeiras políticas de igualdade racial no país. O acervo é composto por fotos, manuscritos, correspondências, recortes de jornal e revista, além da documentação administrativa das instituições criadas e geridas por Abdias do Nascimento.

O IPEAFRO propõe-se a contribuir para a afirmação identitária de um grupo social marcado pela experiência da diáspora, da violência e da exclusão. E o seu arquivo é um importante “recurso para a aspiração”, como diz Arjun Appadurai. De acordo com ele, arquivos, como o do IPEAFRO, “entendidos como ferramentas ativas e interativas para a construção de identidades sustentáveis, são importantes veículos para a criação da capacidade de aspiração entre os grupos que mais dela precisam.”



(APPADURAI, 2003, p. 25, *tradução nossa*). E desde a sua criação, o arquivo do IPEAFRO constitui-se num importante agente na luta política pelos direitos da população negra brasileira e pela valorização identitária desse grupo.

3.2 Arquivo Dona Orosina Vieira (ADOV)

O Arquivo Dona Orosina Vieira está situado no Museu da Maré, instituição cultural do Complexo da Maré, comunidade da Zona Norte do Rio de Janeiro. O acervo é constituído por uma documentação fora do padrão daquelas que normalmente constituem instituições de memória. Formam o conjunto, essencialmente, objetos relacionados às memórias dos moradores, isto é, documentos de tipo iconográfico, textual ou audiovisual que eles próprios identificam como representativos da memória da comunidade. Seu acervo, portanto, não é constituído de documentos públicos gerados para cumprir funções administrativas, imbuídos de valor histórico após um criterioso processo de seleção. Aqui, a prática de arquivar se constitui numa “prática radical” (BALATBAT-HELBOCK et al., 2018, pp. 154-155), que considera a interpretação e avaliação dos moradores como critérios fundamentais de seleção e constituição da memória. Nesse sentido, o arquivo oferece um espaço para documentar histórias silenciadas, contadas através do próprio olhar dos moradores.

Esse método permite ao arquivo romper a narrativa oficial, exterior à comunidade, sobre o surgimento e crescimento da comunidade, a história de vida dos moradores e as práticas culturais, políticas, econômicas e epistêmicas próprias da favela. Esse é um exercício de ressubjetivização e de valorização identitária num contexto em que a violência do Estado sobre a comunidade é justificada por um discurso que identifica esse espaço, as pessoas que nele habitam e sua cultura como algo a ser combatido.

Se reconhecermos que os arquivos tradicionais são incapazes de dar voz aos silenciados (BASTIAN, 2006, p. 284), uma vez que refletem estruturas de dominação fundamentadas na exclusão e no silenciamento, o ADOV assume um protagonismo determinante na formação da identidade dos moradores da Maré. O próprio nome do



arquivo é também uma proposta decolonial, haja vista que rompe uma estrutura patriarcal. Mulher, negra e periférica, Dona Orosina Vieira é a moradora mais antiga do Complexo da Maré.

3.3 LabJaca

O LabJaca nasceu em 2020 a partir da campanha comunitária “Jaca contra o Corona”, realizada na favela do Jacarezinho, como forma de amenizar os impactos da pandemia de Covid-19 sobre a comunidade carioca. Inicialmente o grupo arrecadou e distribuiu mantimentos e kits de higiene, abastecendo a população e contribuindo para o enfrentamento dos efeitos socioeconômicos da pandemia. A partir dessa experiência, os ativistas decidiram investigar o quadro de desenvolvimento da doença na comunidade e, com base nos dados coletados, propor políticas públicas qualificadas e contrapor dados oficiais que não correspondiam à realidade.

Através de um instrumento de pesquisa, que consistia num questionário distribuído aos moradores durante as ações de distribuição de mantimentos e material de higiene, os ativistas do LabJaca conseguiram obter informações que contradiziam os dados dos governos estadual e municipal. Até aquele momento, a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro contabilizava pouco mais de dez casos de Covid-19 no Jacarezinho. Segundo as respostas que o LabJaca recebeu, foi possível traçar um quadro mais realista, indicando centenas de casos suspeitos.

É nesse momento que o LabJaca se constitui como uma organização dedicada à divulgação científica em estreita colaboração com os moradores, convertendo-se num laboratório de narrativas e produção de dados que deverão embasar instrumentos para a reivindicação de políticas públicas. O trabalho de pesquisa e investigação do laboratório conta com a participação dos moradores numa construção coletiva, valorizando a produção de conhecimento da própria comunidade sobre si. Os produtos dessa ação são documentos audiovisuais, desenvolvidos em linguagem



simples e acessível, com o objetivo de estimular a disseminação informacional entre os moradores da favela.

Enquanto laboratório de pesquisa e divulgação científica, o LabJaca disputa o espaço da narrativa oficial do Estado, que homogeneiza a vida nas favelas através das estruturas do racismo e da violência sistêmica. Seus projetos e ações refletem as demandas da comunidade no enfrentamento ao desemprego, à pobreza, à violência, e mais do que isso, devolve aos moradores o sentimento de pertencimento através da elaboração de uma contranarrativa que se contrapõe aos estigmas gerados pela narrativa oficial. Portanto, esse trabalho dialoga criticamente com a Arquivologia, como uma área do conhecimento que surge no contexto da formação do Estado moderno. O LabJaca é uma expressão da necessidade de discutir a informação arquivística como agente da reivindicação de direitos no enfrentamento à lógica da colonialidade.

4 Conclusão

Nosso projeto nos permitiu conhecer experiências comunitárias que recorrem a práticas arquivísticas como forma de combater os silenciamentos próprios da lógica da colonialidade que estrutura as relações entre os sujeitos na sociedade brasileira. Nosso propósito neste artigo foi apresentar as aproximações teóricas que viemos tecendo durante o último ano para pensar as práticas arquivísticas através de uma abordagem decolonial. Defendemos que essa perspectiva produz um diálogo bastante profícuo entre a Arquivologia e os Direitos Humanos.

As três organizações que apresentamos brevemente nesse texto desenvolvem um trabalho que põe o arquivo a serviço da valorização identitária dos grupos a que elas se referem – a saber a população negra e periférica do Rio de Janeiro. As relações estabelecidas entre a comunidade e o arquivo potencializam a capacidade dos grupos apropriarem-se das narrativas sobre suas experiências históricas e práticas políticas, culturais, econômicas e epistêmicas. Nosso propósito agora é criar meios de divulgar



não apenas as ações desses arquivos, mas também as potencialidades analíticas presentes na relação estabelecida entre a comunidade e o arquivo.

Referências

APPADURAI, Arjun. *Archive and Aspiration*. In: BROUWER, Joke, MULDER, Arjen, CHARLTON, Susan (Org.). **Information is Alive: Art and Theory on Archiving and Retrieving Data**. Rotterdam, New York: V2/NAi Publishers; D.A.P./Distributed Art Publishers, 2003, pp. 14-45.

BALATBAT-HELBOCK, Lynhan, et al. *Colonial Neighbours: ein partizipatives Archivprojekt von SAVVY Contemporary*. In: KNOFF, Eva, LEMBCKE, Sophie, RECKLIES, Mara (Org.). **Archive dekolonialisieren: Mediale und epistemische Transformationen in Kunst, Design und Film**. Bielefeld: Transcript, 2018, pp. 151-162.

BALLESTRIN, Luciana. *América Latina e o giro decolonial*. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 1, 2013, pp. 89-117.

BASTIAN, Jeannette Allis. *Reading Colonial Records Through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation*. In: **Archival Science**, 6: 3-4, 2006, pp. 267-284.

BOATCĂ, Manuela. *Postkolonialismus und Dekolonialität*. In: FISCHER, Karin, HAUCK, Gerhard, BOATCĂ, Manuela (Org.). **Handbuch Entwicklungsforschung**. Wiesbaden: Springer VS, 2016, pp. 113-123.

KETELAAR, Eric. *Tacit narratives: The meanings of archives*. In: **Archival Science**, 1: 2, 2001, pp. 131-141.

MIGNOLO, Walter D. **The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options**. Duke University Press, 2011.

PINTO, Julio Roberto De Souza, MIGNOLO, Walter D. *A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial*. In: **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, 15: 3, 2015, pp. 381-402.

RIGHETTO, Guilherme Goulart, KARPINSKI, Cezar. *For a decolonial social epistemology*. In: **Transinformação**, 33, 2021.